ACESSO E PERMANÊNCIA EXITOSA DOS JOVENS ORIUNDOS DAS ZONAS RURAIS NO ENSINO SUPERIOR GUINEENSE: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Euclides André Musdna Malú [1], Mutaro Seidi [2], Policarpo Gomes Caomique [3], Nivaldo Plantão Biaguê [4], Ricardo Ossagô de Carvalho [5]

RESUMO

Figurado na lista de países mais dependentes de África, a Guiné-Bissau tem sido desde sua independência em 1973, o palco de recorrentes instabilidades políticas resultantes de clivagens político-partidárias envolvendo, em algumas situações, a classe castrense. Em decorrência disso, verifica-se uma extrema debilidade das instituições estatais e fortes descompassos na atuação de quase todos os sectores da vida social. Aliás, o Estado guineense apresenta uma fraca capacidade de resposta aos desafios do desenvolvimento inclusivo e sustentável que se coloca ao nível nacional, regional e internacional. Por conta dessas inconveniências, assiste-se uma retração em termos de aplicabilidade de políticas públicas que visam impulsionar o desenvolvimento e melhoria das condições de vida das populações, sendo o setor educativo um dos mais afetados. O sistema educativo guineense principalmente a sua vertente pública tem funcionado de maneira insipiente devido as insuficiências de várias ordens, começando pela escassez de infraestruturas adequadas para o ensino, a baixa qualificação do corpo docente, a falta de materiais didáticos, não atualização e descontextualização do currículo até as cíclicas interrupções letivas. Além desses problemas, somam-se outros como a fraca aplicabilidade de políticas de inclusão de pessoas portadoras de deficiências, acesso e permanência exitosa de indivíduos oriundos de grupos sociais com pouco poder aquisitivo. Perante esse cenário, o presente trabalho propõe analisar os desafios de acesso e permanência exitosa no ensino público guineense, buscando entender quais são políticas públicas educacionais desenvolvidos pelo Estado para proporcionar a inclusão das classes sociais vulneráveis e permitir que haja permanência com êxito nas instituições públicas do ensino superior.

Palavras-chave:

Educação. Inclusão. Acesso. Permanência exitosa.

[1] unilab, Instituto de Humanidades, Discente, e-mail: euclidesandremalu@gmail.com
[2] Unilab, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas , Discente, e-mail: mutaroseidi90@gmail.com
[3] Unilab, Instituto de Humanidades, Discente, e-mail: gomespolistar@gmail.com
[4] Unilab, Instituto de Humanidades , Discente, e-mail: biaguenivaldo@gmail.com
[5] Unilab, Instituto de Humanidades, Docente, e-mail: cienciapoliticahoje@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe analisar os desafios de acesso e permanência exitosa no ensino secundário público guineense, buscando entender quais são políticas públicas educacionais desenvolvidos pelo Estado para proporcionar a inclusão das classes sociais vulneráveis e permitir que haja permanência com êxito nas instituições públicas do ensino. Tendo em conta o exercício analítico que pretendo desencadear decidimos adotar neste trabalho o conteúdo metodológico qualitativo fundamentalmente centrado na pesquisa bibliográfica.

O ensejo de discutir essa temática brotou-se da necessidade que temos de perceber as razões que determinam o pouco acesso e as altas taxas de evasão de certos segmentos sociais. Ao deparar-nos com algumas políticas inclusão, de acesso e permanência exitosa na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), políticas essas que consideram a condição social do estudante e procuram fornecer assistência para que todos possam entrar e permanecer com e êxito, - embora cientes da diferenças contextuais que existem entre Brasil e Guiné-Bissau - começamos a levantar algumas indagações sobre o cumprimento do direito de acesso e dever de formação dos cidadãos na Guiné-Bissau.

A formação das capacidades é um elemento fundamental para o desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Cientes disso, a Constituição da República de Guiné-Bissau prevê no artigo 49° o direito de acesso à educação identificando o Estado como a entidade responsável para o seu cumprimento. Nesse sentido, o governo guineense tem criado nos últimos anos projetos que visam proporcionar o acesso à instrução superior como forma de criar a mão-de-obra qualificada e preparar intelectualmente a população para o enfrentamento dos dilemas que o desenvolvimento coloca.

Não obstante, os alunos vêm enfrentando grandes desafios no que se refere o acesso e permanência exitosa no ensino superior devido os problemas de várias ordens, começando pela dificuldade de conciliar os estudos com o trabalho, enfrentamento de barreiras arquitetônicas, problemas de financiar as despesas acadêmicas, até a não identificação com o próprio cotidiano escolar.

Descrevendo o panorama de acesso à educação na Guiné-Bissau um relatório de UNESCO de 2016 sublinha que nesse país de quase dois (2) milhões de habitantes, a metade do número total de crianças em idade escolar estão fora da escola, mostrando que isso deve a alguns fatores do sistema educativo permeado pelas insuficiências de várias naturezas: oriundos de estruturas familiares com pouco poder aquisitivo - o motivo de muitos alunos não conseguem comprar materiais acadêmicos necessários para a sua formação e são obrigados, na maioria de casos, trabalhar e estudar o que pode contribuir na diminuição de sua produtividade e capacidade de desenvolver a pesquisa acadêmica. Além dessas inconveniências, nota-se também a diminuição de carga horária destinada para o estudo. As situações se tornam mais complicadas para os alunos pertencentes às categorias sociais vulneráveis como mulheres e pessoas portadoras de deficiência, entre outras.

Estes e outros fatores nos convidam a entender quais são as políticas públicas educacionais desenvolvidas pelo Estado para proporcionar a inclusão das classes sociais vulneráveis e permitir que haja permanência com êxito nas instituições públicas do ensino superior.

METODOLOGIA

Tendo em conta o caráter deste trabalho e a análise que pretendemos levar a cabo decidimos adotar o conduto metodológico qualitativo fundamentalmente centrado na análise bibliográfica, por parecer-nos a mais viável para análise que pretendemos levar a cabo, o centro da nossa análise será o conteúdo obtido através da pesquisa bibliográfica, isto é, a partir dos livros, artigos e ensaios que discutem a temática que estamos a pesquisar, assim como os dados que recolheremos da entrevista face a face.

Considerando que, em qualquer técnica de análise de dados, os dados em si constituem apenas dados brutos, que só terão sentido ao serem trabalhados de acordo com uma técnica de análise apropriada, decidimos fazer a análise do discurso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Guiné-Bissau no período antes de se tornar independente de Portugal contava com poucas pessoas de formação universitária. No entanto, nessa condição o país não conseguiria cumprir com aquilo que são os propósitos e anseios da população, através dos quais foi possível a Luta de Libertação Nacional.

Foi a partir desse entendimento que levou as autoridades guineenses a assinarem vários acordos para formação técnico e superior dos guineenses com os países aliados como a URSS, Cuba, Portugal, Argélia, Senegal, Portugal, Brasil e Bulgária. Porém, o objetivo desses acordos era envio dos estudantes guineenses para a formação no estrangeiro para que pudessem responder as principais demandas do país. (CABRAL, 2011).

Segundo Sanhá (2009), tendo em conta a limitação de número de bolsas de estudo e o aumento da sua procura, principalmente para o ensino superior – fez o país sentir a necessidade de pensar o seu desenvolvimento próprio, criando suas instituições de ensino superior no país com objetivo de formar quadros em diferentes áreas.

Foi na base desse entendimento que em 1974 criou-se a Escola Nacional de Saúde para a formação de quadros técnicos para o sistema nacional de saúde; em 1975, a Escola de formação Amílcar Cabral, em Bolama, para a formação de professores; em 1979, foi criado a Escola Normal Superior Tchico Té com o objetivo de formar professores com grau de bacharelato para lecionarem no ensino secundário (SANI E OLIVEIRA, 2014). E assim por diante, foram criadas várias outras Escolas superiores e universidades (públicas e privadas) que na sua maioria centram-se na capital Bissau. E isso coloca centenas de jovens que residem no interior do país a migrar para Bissau à procura de formação superior.

De acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo de (2010, p. 01) “A adopção urgente de um quadro normativo legal no âmbito da educação contribuirá para a melhoria e elevação do Sistema Educativo nacional, bem como na colmatação das dificuldades emergentes em consequência da ausência da Lei de Bases”.

Neste quesito, o problema que se coloca é, qual tem sido a posição do Estado guineense face a essa demanda? Quais os mecanismos que tem tomado para permanência desse fluxo que se desloca de suas localidades a procura de formação superior? Será que a Lei de Bases do Sistema Educativo de 2010 conseguiu através da sua aplicabilidade colmatar os tradicionais problemas que existem no setor educativo guineense? Qual é a influência - se existe – das políticas educacionais globais em relação a essa questão?

Estas e outras questões nos convidam a refletir sobre os verdadeiros fatores que impedem o desenvolvimento da educação na Guiné-Bissau. Discutir a posição do Estado no que se refere o seu posicionamento sobre educação, a lei de base do sistema educativo se torna um dispositivo indispensável. Vale-nos tornar patente que esta visão tolera o seu posicionamento antes da criação do mesmo documento.

Percebe-se nos dizeres de Empalá (2019) que a dificuldade do acesso ao ensino superior na Guiné-Bissau é algo presente na esfera social guineense e as narrativas históricas evidenciam que os obstáculos no acesso ao ensino superior na Guiné-Bissau é um problema longínquo.

Nessa visão, Sani e Oliveira (2014), apontam que as principais causas da fragilidade da educação superior

guineense é a demora na implementação da educação superior na Guiné-Bissau, crise política, carência de professores e infraestruturas escolares qualificadas, a escassa disponibilidade do Orçamento Geral de Estado (OGE).

Perante o exposto, fisga-se que as crises políticas recorrentes no pais estorvou não só um planejamento adequado que possibilita o funcionamento do sistema educativo, mas cooperou para uma ausência de ampliação de ofertas do sistema educativo para as regiões do pais e de uma boa qualidade de formação de recursos humanos capazes de contribuir no processo de desenvolvimento sócio cognitivo dos alunos. Ainda nesta perspectiva, percebe-se essas sequencias de instabilidade facilitou a inexistência de programas que visam não só o acesso, mas de uma permanência exitosa dos alunos. (EMPALÁ, 2019)

No caso de acessibilidade do ensino superior, as sucessivas greves que ocorrem nas escolas públicas, são um dos motivos que estorvam os alunos que frequentam as escolas públicas, a ingressarem nas universidades privadas. Dito isto a exame de admissão aplicada pelas universidades, conjugado com a insuficiência de matérias, e ausência de engajamento serio de alguns professores no que tange ao processo de ministração das aulas, acabam repercutindo nas desqualificações de maioria dos alunos oriundos das escolas públicas. Diante disso os estudantes das escolas privadas têm mais vantagens de ingressar nas universidades, ou seja, de serem aprovados nos exames de admissões, devido aos seus desconvizinhamentos com as greves/paralisação e não só, mas também inclusive os professores devotam mais em ministrar as aulas devido ao processo de supervisão por parte dos responsáveis das escolas.

Um outro entrave que esses estudantes enfrentam, é a questão financeira, muitos estudantes são garantidos o custeio durante a formação, mais alguns fatores indesejados acabam impedindo a permanência do aluno na universidade.

Os estudantes portadores da deficiência são descriminados/excluídos nas escolas por diversos motivos e em várias circunstancias embora que algumas escolas se autodeclaram, ou seja, tentam pautar pela inclusão, nesse caso dar uma oportunidade igualitária no que concerne à acessibilidade. Dito isso, o Ropoli, Edilene Aparecida et al (2010) defende que a escola comum se torna inclusiva quando reconhece as diferenças dos alunos diante do processo educativo e busca a participação e o progresso de todos, adotando novas práticas pedagógicas. Ainda ele frisa que a inclusão escolar impõe uma escola em que todos os alunos estão inseridos sem quaisquer condições pelas quais possam ser limitados em seu direito de participar ativamente do processo escolar, segundo suas capacidades, e sem que nenhuma delas possa ser motivo para uma diferenciação que os excluirá das suas turmas.

Mas no contexto guineense nota-se uma simulação e falácia por parte de universidades e escolas de formação no que tange a caso de deficientes. Em algumas universidades e escolas de formação, nota-se nas fichas de inscrição, de que constam espaços para os ingressados (nesse caso o aluno a se matricular) detalharem seus problemas, e no final desse processo a direção dessas instituições recolhem essas informações para posteriormente analisar e adotar medidas eficazes para facilitar essas pessoas, em muitos casos não se verifica o cumprimento dessas medidas, ou seja, só existem nos papeis.

Entre as crianças que entram na escola, uma só menina em três, contra um rapaz em dois, chega ao fim do Ensino Básico. Em algumas circunstâncias o estado tenta criar políticas para mitigar essas práticas, segundo o Sucuma (2013) se verifica alguns esforços do governo no sentido de ampliar a participação de mulheres na escola, as mulheres ainda são penalizadas em termos de acesso à escola, fato que precisa ser revertido por meio de políticas de inclusão feminina nas escolas. E também vale salientar de que as ações mais eficientes verificadas nesse tendepá, são as atuações das ONG´s.

CONCLUSÕES

A gestão democrática e eficiente da escola requer uma articulação coesa entre os sujeitos inseridos no quotidiano escolar, ou seja, um trabalho colaborativo entre as distintas instâncias que compõem a própria escola. No que se refere à inclusão dos segmentos sociais vulneráveis, verifica-se nas escolas públicas da Guiné-Bissau um quadro pouco encorajador. Quer dizer, apesar de alguns avanços em termos de respostas às demandas dos alunos com necessidades especiais, ainda se verificam muitos descompassos no processo de integração destes alunos no ambiente escolar.

A fraca utilização dos procedimentos pedagógicos específicos para estes alunos e a existência de barreiras arquitetônicas nas instituições escolares estão entre os obstáculos mais visíveis nas escolas públicas. Nesse sentido, há necessidade dessas escolas considerarem a origem étnico-social e familiar da sua clientela, que é, sem dúvida, um dos principais pilares da gestão democrática da escola. Mas para isso, é preciso diversificar as manifestações culturais no ambiente escolar e adotar políticas estudantis que permitam a permanência exitosa dos alunos como forma de viabilizar a democratização do quotidiano escolar e fazer valer o tratamento isonômico dos sujeitos que compõem este universo e as subjetividades plurais que nela se interceptam a escola.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos ancestrais por nos ter dado a saúde e a força de superar sempre as dificuldades.

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), uma universidade interiorizado e afrocentrado por nos possibilitar desconstruir e construir conhecimentos e formar sujeitos críticos.

REFERÊNCIAS

CABRAL, Frederico Matos Alves. As Transformações no Ensino Superior na Guiné-Bissau: desafios e perspectivas. 2011.

EMPALÁ, Jean da Silva. Políticas Educacionais Na Guiné-Bissau: Acesso Ao Ensino Superior (1974-2003). Unilab, Acarape, 2019.

LEI DE BASES DO SISTEMA EDUCATIVO. 2010. Disponível em http://sociologia.ihl.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2018/08/GUIN%C3%89-BISSAU-1.pdf Acesso em 16 de setembro de 2019.

ROPOLI, Edilene Aparecida et al. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva. In: **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva**. 2010.

SANHÁ, Alberto. Educação Superior em Guiné-Bissau. Seminário Internacional de Educação Superior da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2009.

SANI, Quecoi; OLIVEIRA, Marlize Rubin. Educação superior e desenvolvimento na Guiné-Bissau:

contribuições, limites e desafios. **Pedagógica: Revista do programa de Pós-graduação em Educação-PPGE**, v. 16, n. 33, p. 127-152, 2014.

SUCUMA, Arnaldo. Estado e ensino superior na Guiné-Bissau 1974-2008. **Mestrado, Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco**, 2013.